

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

**CLÁUSULA PRIMEIRA – DO SALÁRIO** – A CAGEPA reajustará em 1º de Maio de 2020, o salário dos seus empregados dos grupos das faixas salariais FS1, FS2, FS3, FS4, FS5, FS6, FS7, FS8.1, FS8.2 e FS8.3 do Plano de Cargos e Salários - PCS, registrado na Secretaria de Relações do Trabalho do Ministério do Trabalho e Emprego, **num percentual de 100% (CEM POR CENTO) DO INPC**, acumulado no período de 1º de Maio de 2019 a 30 de Abril de 2020 = **2,46 % (Dois vírgula quarenta e seis por cento)**

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS GRATIFICAÇÕES** – A CAGEPA reajustará em 1º de Maio de 2020, todas as gratificações de exercício, representação e/ou função e as gratificações já incorporadas ao salário, no mesmo percentual aplicado na CLÁUSULA PRIMEIRA.

**CLÁUSULA TERCEIRA – DO DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO** – A CAGEPA pagará, a título de Adiantamento de Décimo Terceiro Salário, a primeira parcela do 13º Salário no mês posterior a concessão das férias regulamentares do empregado.

**CLÁUSULA QUARTA – DA INCORPORAÇÃO DE GRATIFICAÇÕES** - A CAGEPA concederá mediante requerimento, a todos os empregados que exercem função gratificada, até o nível de Gerente e Chefia de Assessoria, a incorporação dos valores correspondentes às gratificações de exercício, representação e/ou função, no caso de vir a ser destituído pela Empresa, desde que, tenha completado 120 (cento e vinte) meses de efetivo exercício, consecutivos ou não, não tenha sido exonerado por cometimento de infração disciplinar ou causado danos ao patrimônio da Empresa ou a pedido de exoneração;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O empregado que tenha exercido mais de uma função gratificada durante o período supracitado terá a média ponderada das gratificações percebidas nos últimos 60 (sessenta) meses.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso do empregado, após a incorporação prevista no *caput* desta Cláusula, vir a exercer função gratificada de nível de cargo hierárquico inferior à gratificação já incorporada, prevalecerá a de maior valor;

**CLÁUSULA QUINTA – DA CONTAGEM DE TEMPO DE SERVIÇO** – Para obtenção do quinquênio, anuênio e licença prêmio será considerado, para todos os efeitos, todo e qualquer período, contínuo ou não, de trabalho com vínculo empregatício com a CAGEPA, inclusive o tempo de serviço anteriormente prestado em serviços públicos de saneamento antecedentes à CAGEPA, levando-se em consideração o Art. 37 inciso II da Constituição Federal, devidamente comprovado com registro na CTPS (Carteira de Trabalho e Previdência Social) do empregado.

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O *caput* desta Cláusula não se aplica a contagem de tempo de serviço para a promoção por antiguidade (horizontal), constante no Plano de Cargos e Salário – PCS da CAGEPA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Não farão jus aos efeitos do *caput* desta Cláusula os empregados que trabalharam em empresas prestadoras de serviço, que tenham exercido apenas cargos comissionados ou que foram colocados à disposição com ou sem ônus na CAGEPA oriundo de outros órgãos.

**CLÁUSULA SEXTA – DA GRATIFICAÇÃO POR TEMPO DE SERVIÇO** – Será acrescido à remuneração dos empregados, adicional por tempo de serviço sob a denominação de “quinqüênio”, equivalente a 5% (cinco por cento) sobre o seu salário base, após os 5 (cinco) anos iniciais de efetivo serviço prestado à CAGEPA.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Após o tempo estabelecido no *caput* desta Cláusula será acrescido à remuneração dos empregados, adicional por tempo de serviço sob a denominação de “anuênio” equivalente a 1% (um por cento) sobre o seu salário base por cada ano de efetivo serviço prestado à CAGEPA, até o limite máximo de 35% (trinta e cinco por cento) compreendendo os dois benefícios (quinqüênio e anuênios).

**CLÁUSULA SÉTIMA – DO TICKET ALIMENTAÇÃO** – A CAGEPA, empresa participante do Programa de Alimentação do Trabalhador – PAT, instituído pela Lei nº 6.321/1976 – passará a conceder em Maio de 2020, data-base da categoria, a todos os empregados das Faixas Salariais da FS1, FS2, FS3, FS4, FS5, FS6, FS7, FS8.1,FS8.2 e FS8.3, ticket alimentação no valor de **R\$ 1.200,00 (Um mil e duzentos reais)**, ressaltando-se que o mesmo não dispõe de natureza salarial nos termos do art. 457, parágrafo segundo da CLT.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CAGEPA concederá, a título de Cesta Natalina, no cartão do Ticket Alimentação, um bônus de 50% (cinquenta por cento) do valor referido no *caput* desta Cláusula, no mês de dezembro.

**CLÁUSULA OITAVA – DO PLANO DE SAÚDE** – A CAGEPA disponibilizará a todos os (as) seus (suas) empregados (as), aos cônjuges, companheiro (a) e casais homoafetivos, que comprovem união estável, bem como aos menores tutelados e / ou com guarda provisória, filhos (as) solteiros (as), filho (as) inválidos solteiros (as) com comprovação médica independentemente da idade sendo devidamente comprovados, Plano de Saúde regulamentado pela Agência Nacional de Saúde - ANS.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** No caso dos dependentes solteiros (as) maiores de 25 (vinte e cinco) anos, ficam asseguradas a permanência no plano de saúde, desde que o titular assumam o pagamento integral da mensalidade conforme as Cláusulas do contrato entre a CAGEPA e a prestadora de serviços médicos em vigor.

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de dependentes solteiros (as), estudantes de até 24 anos e 11 meses, fica assegurado o plano de saúde conforme o estabelecido no *caput*.

**PARÁGRAFO TECEIRO:** No caso dos dependentes maiores de 22 (vinte e dois) anos, não universitários, aplica-se a mesma modalidade constante no parágrafo Primeiro desta Cláusula.

**PARÁGRAFO QUARTO:** DA PARTICIPAÇÃO DA CAGEPA NO CUSTEIO DO PLANO DE SAÚDE – A CAGEPA participará, em função das faixas salariais dos seus empregados, das despesas provenientes da assistência nele incluída, obedecendo à tabela abaixo:

<b>FAIXA SALARIAL</b>	<b>% EMPRESA</b>	<b>% EMPREGADO</b>
ATÉ 4 SALÁRIOS MÍNIMOS	70%	30%
DE 4,1 A 10 SALÁRIOS MÍNIMOS	50%	50%
DE 10,1 A 15 SALÁRIOS MÍNIMOS	30%	70%
ACIMA DE 15 SALÁRIOS MÍNIMOS	20%	80%

**PARÁGRAFO QUINTO** – Para efeito de apuração das faixas conforme tabela acima será considerado o código 0001- SALÁRIO, descrito no Contracheque.

**PARÁGRAFO SEXTO** – Os empregados que se afastarem para tratamento de saúde, após 60 (sessenta) dias, deverão comparecer a empresa para solicitar conta a fim de realizar depósito em favor da CAGEPA, referente ao valor, anteriormente, descontado em contracheque. E apresentar comprovante do depósito à Subgerência de Compensação e Carreira – SGCC. Caso não seja efetuado o pagamento, ficará sujeito ao cancelamento do Plano de Saúde.

**CLÁUSULA NONA – DA COMPLEMENTAÇÃO SALARIAL POR OCASIÃO DO ACOSTAMENTO** – Será assegurado aos empregados, o valor equivalente à remuneração integral do mesmo, quando afastados do trabalho para tratamento de saúde, por um período de até 60 (sessenta) dias, limitado a 01 (um) benefício a cada 12 (doze) meses.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A complementação referida no *caput* desta Cláusula se ampliará para 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias nos casos de empregados que estejam sendo acometidos de doenças terminais, condicionando a realização trimestral de avaliação da junta médica da CAGEPA.

**CLÁUSULA DÉCIMA – DA LICENÇA PRÊMIO** – A CAGEPA concederá a todos os seus empregados, a cada 5 (cinco) anos de efetivo serviço prestado a ela ou às

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

empresas de saneamento que a antecederam, 30 (trinta) dias de Licença Prêmio, sem prejuízo de sua remuneração.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O período da concessão desse benefício será definido pela **CAGEPA**, atendidas as conveniências do serviço, condicionada a sua concessão aos incisos seguintes:

I - Ocorrendo a rescis

ão do contrato de trabalho do empregado, sem que este tenha gozado as Licenças Prêmio adquiridas, as mesmas não serão indenizadas.

II - Não adquirirá o direito à Licença Prêmio, o empregado que tiver mais de 15 (quinze) dias de faltas não justificadas e/ou suspensão disciplinar, registradas nos últimos 60 (sessenta) meses.

III – Nos casos de empregados que estejam prestes a completar a idade compulsória, a **CAGEPA** concederá, mediante requerimento, o gozo do referido benefício.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** Fica assegurado o direito ao gozo de 60 (sessenta) dias, por cada quinquênio, de Licença Prêmio a todos os empregados que, em 30 de abril de 2004, não tenham gozado o benefício a que tinham direito nos termos dos Acordos Coletivos anteriores.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA LICENÇA MATERNIDADE –** A **CAGEPA** concederá 180 (cento e oitenta) dias de licença maternidade a todas as empregadas que requererem até o final do primeiro mês após o parto.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Também fará jus da Licença referida no *caput* dessa Cláusula à empregada que adotar ou obtiver guarda judicial para fins de adoção de criança.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA LICENÇA PATERNIDADE –** A **CAGEPA** concederá de 5 (cinco) dias contínuos a partir da data do nascimento do filho (a), Licença Paternidade para os empregados que requererem em até 48 (quarenta e oito) horas. A Certidão de Nascimento deverá ser apresentada em até 15 dias.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A **CAGEPA** concederá, para assistência ao recém-nascido, 60 (sessenta) dias ao empregado (a) em caso de morte da esposa ou companheira, durante o parto ou em decorrência deste, mediante apresentação do Atestado de Óbito, Certidão de Casamento e/ou Contrato de União Estável.

**CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO AUXÍLIO CRECHE E INFANTIL –** O Auxílio Creche agora denominado Auxílio Creche e Infantil, contido na Cláusula Terceira do

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

Acordo Coletivo de Trabalho, celebrado para vigência no período de 1º de maio de 2004 a 30 de abril de 2006, arquivado na Delegacia Regional do Trabalho da Paraíba, com registro nº. 170/04, livro nº. 09, folha nº. 69/70, em 03/08/2004, convalidado no Acordo Coletivo de Trabalho para o Biênio 2006/2008, arquivado também no Ministério do Trabalho DRT/PB-DPT/SIT, registro nº. 186/06, livro nº. 11, folha nº. 17, em 17/07/2006, será ampliado com o benefício estendido a todos os filhos e dependentes legais de empregados com idade de até 6 (seis) anos, 11 (onze) meses e 30 (trinta) dias o valor correspondente até 30% (trinta por cento) do piso inicial da Faixa Salarial FS1 – Nível A do P.C.S. E limita-se, no caso de casal de empregados da CAGEPA, a um dos cônjuges.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O benefício acima mencionado concedido pela CAGEPA, não tem natureza salarial, não se incorporando a remuneração para quaisquer efeitos, não constituindo base de incidência de Contribuição Previdenciária e do FGTS, nem se configurando rendimento tributável do trabalhador.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** O pagamento do benefício será devido até 03 (três) meses de atraso do pagamento junto à Instituição Educacional onde esteja regularmente matriculado o seu dependente legal, condicionando a situação acima mencionada apenas a uma vez por ano letivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO AUXÍLIO ESCOLA FUNDAMENTAL I e II -** A CAGEPA concederá o AUXÍLIO ESCOLA FUNDAMENTAL I e II a todos os filhos e dependentes legais dos empregados com idade até 13 anos e 11 meses e 29 (vinte e nove) dias, que estiverem regularmente matriculados numa instituição de ensino privado, mediante comprovação de pagamento da mensalidade o valor correspondente até 30% (trinta por cento) do piso inicial da Faixa Salarial FS1 – Nível A do PCS. E limita-se, no caso de casal de empregados da CAGEPA, a um dos cônjuges.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O benefício acima mencionado concedido pela CAGEPA, não tem natureza salarial, não se incorporando a remuneração para quaisquer efeitos, não constituindo base de incidência de Contribuição Previdenciária e do FGTS, nem se configurando rendimento tributável do trabalhador.

**PARAGRAFO SEGUNDO:** O pagamento do benefício será devido até 03 (três) meses de atraso do pagamento junto à Instituição de Educacional onde esteja regularmente matriculado o seu dependente legal, condicionado a situação acima mencionada apenas a uma vez por ano letivo.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO AUXÍLIO EDUCAÇÃO –** A CAGEPA reembolsará mediante apresentação da documentação exigida, a título de Auxílio Educação, para atendimento dos filhos até o limite de idade e condições definido pela Lei no. 9.250 de 1995, o valor correspondente a até 25% (vinte e cinco por cento) do valor da Faixa

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

Salarial FS1 – Nível A do Plano de Cargos e Salários. E limita-se, no caso de casal de empregados da CAGEPA, a um dos cônjuges.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O benefício referido no *caput* não tem natureza salarial, não se incorporando a remuneração para quaisquer efeitos, não constitui base de incidência de Contribuição Previdenciária, Contribuições e/ou Encargos decorrentes das obrigações com o FGTS, nem se configura como rendimento tributável do trabalhador.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O referido benefício será pago uma única vez por ano, no período de março a junho do ano em curso.

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DO AUXÍLIO AO FILHO EXCEPCIONAL –** A CAGEPA concederá o pagamento da quantia mensal correspondente a 70% (setenta por cento) do valor da Faixa Salarial FS1 - Nível A do Plano de Cargos e Salários - PCS, a todo empregado que tenha filho excepcional, e por cada um deles, desde que comprovado por Laudo Médico de qualquer Instituição Pública de Saúde (Municipal, Estadual ou Federal), com ratificação da Junta Médica da CAGEPA. E limita-se, no caso de casal de empregados da CAGEPA, a um dos cônjuges.

**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO AUXÍLIO AO FILHO HEMOFÍLICO –** A CAGEPA concederá o pagamento da quantia mensal correspondente a 70% (setenta por cento) do valor da Faixa Salarial FS1 - Nível A do Plano de Cargos e Salários, a todo empregado que tenha filho hemofílico, e por cada um deles, desde que comprovado por laudo médico de qualquer instituição pública de saúde (Municipal, Estadual ou Federal), com ratificação da junta médica da CAGEPA. E limita-se, no caso de casal de empregados da CAGEPA, a um dos cônjuges.

**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO AUXÍLIO FUNERAL –** Por motivo de morte do empregado, cônjuge e/ou filhos, será concedido Auxílio Funeral ao cônjuge e/ou dependente na forma da lei, num valor correspondente a 03 (três) valores da faixa salarial FS1 – Nível A do Plano de Cargos e Salários – PCS. E limita-se, no caso de casal de empregados da CAGEPA, a um dos cônjuges.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CAGEPA concederá 05 (cinco) dias consecutivos em caso de falecimento de pais, filhos, cônjuges, companheiro (a) - que comprovem união estável - e/ou pessoa que comprovadamente viva sob a dependência econômica do empregado;

**CLÁUSULA DÉCIMA NONA – DA INSALUBRIDADE PELA AÇÃO DA RADIAÇÃO SOLAR –** A CAGEPA concederá o Adicional de Insalubridade correspondente ao percentual de 20% (vinte por cento) sobre o valor da faixa FS1 - nível A, do Plano de Cargos e Salários - PCS, ao empregado que exerça cargo ou função que o obrigue a se expor no mínimo a 4 (quatro) horas a radiação solar, cujos cargos são: Agente de Manutenção, Encanador, Leiturista, Cadastrador, Inspetor de Instalações Prediais e

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

Técnicos de nível médio com atuação em fiscalização de obras, que efetivamente estejam exercendo suas atividades diárias em campo, tudo de acordo com o Artigo 7º, Inciso XXII da Constituição Federal, cominando com o Artigo 189º da CLT e da Norma Reguladora 15 (NR15).

**CLÁUSULA VIGÉSIMA – DA INSALUBRIDADE POR EXPOSIÇÃO A PRODUTOS QUÍMICOS** – A CAGEPA concederá o Adicional de Insalubridade correspondente ao percentual de 28% sobre o valor da faixa FS1 - nível A, do Plano de Cargos e Salários - PCS, aos empregados que laboram em Estação de Tratamento de Água - ETA e manipulam cal hidratada e/ou sulfato de alumínio sólido, tudo de acordo com o Artigo 7º, Inciso XXII da Constituição Federal, cominando com o Artigo 189º da CLT e da Norma Reguladora 15 (NR15).

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O mesmo adicional de 28% também será pago aos laboratoristas e químicos que trabalham em laboratórios de análise físico-químico e bacteriológico, bem como àqueles empregados que exerçam suas atividades em oficinas mecânicas, manuseando óleo lubrificante, graxa e outras substâncias químicas - típicas de oficinas mecânicas.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** As solicitações de adicional de insalubridade deverão ser encaminhadas a Comissão de Insalubridade a quem caberá julgar por maioria simples o adicional pretendido, com base na Legislação Trabalhista e Acordo Coletivo de Trabalho em vigor.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA PRIMEIRA – DA INSALUBRIDADE POR RISCO BIOLÓGICO** – A CAGEPA concederá o Adicional de Insalubridade correspondente ao percentual de 40% (quarenta por cento) sobre valor da faixa FS1 - nível A, do Plano de Cargos e Salários - PCS, aos empregados que trabalham em Serviços de Manutenção e Operação em Esgotos Sanitários.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A solicitação de Adicional de Insalubridade deverá ser encaminhada a Comissão de Insalubridade a quem caberá julgar por maioria simples o adicional pretendido, com base na Legislação Trabalhista e Acordo Coletivo de Trabalho em vigor.

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SEGUNDA – DA GRATIFICAÇÃO ESPECIAL (PRÊMIO ZÊLO) AO MOTORISTA, ENCANADOR, AGENTE DE MANUTENÇÃO, CADASTRADOR, LEITURISTA E INSPETOR DE INSTALAÇÃO PREDIAL –** A CAGEPA concederá uma vez no ano, uma Gratificação Especial (Prêmio Zelo) no percentual de 52,33% (cinquenta e dois vírgula trinta e três por cento) do valor da Faixa Salarial FS1 – Nível A do PCS, aos Motoristas, Agentes de Manutenção Encanadores, Cadastradores, Leituristas e Inspetor de Instalação Predial que dirijam veículos, motocicletas ou operem máquinas, tais como: Caminhão Munck, Retroescavadeira, Retrovaletadeira e Perfuratriz pertencentes à frota própria da Empresa, como atividades auxiliares no interesse do serviço, desde que nos 12 (doze) meses anteriores não tenham provocado acidentes ou danos aos veículos e máquinas sob sua responsabilidade e, ainda, que não tenham cometido infrações disciplinares e nem infringido o Código Nacional de Trânsito, conforme acompanhamento e homologação dos Gestores das áreas responsáveis pelo gerenciamento destes bens.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Farão jus ao referido benefício os empregados que ocupam os cargos citados no *caput* da Cláusula que efetivamente estejam exercendo atividades diárias, bem como os empregados ocupantes de outros cargos que estejam exercendo as atividades supracitadas, desde que solicitado pelo mesmo e comprovado pela Chefia Imediata.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O referido benefício também está condicionado ao empregado, juntamente com a Chefia Imediata dos Regionais, comprovar mensalmente a Subgerência de Transportes, a conservação do mesmo.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA – DA GRATIFICAÇÃO POR DUPLA FUNÇÃO DE MOTORISTAS DE VEÍCULOS UTILITÁRIOS DE PASSEIOS/PASSEIROS, MOTORISTAS/ OPERADORES DE EQUIPAMENTOS ESPECÍFICOS DA EMPRESA –** A CAGEPA concederá uma gratificação por dupla função no percentual de 20,00% (vinte por cento) do valor da Faixa Salarial FS1 – Nível A do P.C.S. – aos Agentes de Manutenção, Encanadores, Cadastradores, Leituristas e Inspetor de Instalação Predial, que diariamente desempenham suas tarefas utilizando-se de veículo utilitários para passeios ou veículos utilitários para passageiros, pertencentes à frota da CAGEPA ou locados pela mesma. Concederá também uma gratificação no percentual de 30% (trinta por cento) do valor da Faixa Salarial FS1 – Nível A do P.C.S. aos Motoristas operadores de caminhão utilitário de carga, Caminhão Munck, Retroescavadeira, Retrovaletadeira, Perfuratriz, Caminhão a jato e/ou sucção, destinados aos serviços de manutenção dos seus sistemas de abastecimento de água ou de esgotamento sanitário.

**PARAGRAFO ÚNICO:** Os empregados ocupantes de outros cargos que estejam exercendo as atividades supracitadas também farão jus, desde que solicitado pelo mesmo e comprovado pela Chefia Imediata.



**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA – DO EXAME MÉDICO PREVENTIVO** – A CAGEPA promoverá, periodicamente, exames médicos de seus empregados que trabalham em condições insalubres todos os seus empregados, e também realizará exames médicos complementares ou laboratoriais julgados necessários pela sua Área de Segurança e Medicina do Trabalho - SGSM, para assegurar a proteção da saúde do trabalhador, cientificando-os dos resultados.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CAGEPA também adotará uma política de prevenção e tratamento para doenças como LER/DORT, aplicável em atuações específicas no ambiente de trabalho.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – FARDAMENTOS E CALÇADOS** – A CAGEPA fornecerá, 2 (dois) conjuntos de fardamento e 2 (dois) pares de calçados ao ano adequados para os cargos onde haja definição e seja obrigatório.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CAGEPA fornecerá 2 (dois) fardamento adicionais aos empregados que laboram em manutenção e em oficina.

**CLAUSULA VIGÉSIMA SEXTA - DA PREVENÇÃO DE ACIDENTES** - A CAGEPA promoverá pelo menos um Evento de sensibilização por ano para a Prevenção de Acidentes do Trabalho, compatível com os mais factíveis riscos.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DO ACIDENTE DE TRABALHO** – Em caso de Acidente de Trabalho que resulte em internamento hospitalar, a CAGEPA se compromete a assumir a responsabilidade pelo pagamento total das despesas hospitalares, medicamentos e tratamento nos casos em que o empregado não tenha aderido ao Plano de Saúde disponibilizado pela CAGEPA. Nos casos em que o empregado acidentado tiver cobertura do Plano de Saúde disponibilizado pela CAGEPA, a empresa assumirá as despesas excedentes.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CAGEPA concederá ao empregado, no caso de invalidez permanente, decorrente de Acidente de Trabalho devidamente comprovado pela perícia do INSS, pagamento de uma indenização correspondente a 20 (vinte) vezes a maior remuneração do empregado inválido.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** No caso de Acidente de Trajeto, se o meio de transporte utilizado for de propriedade do empregado acidentado, o veículo deverá estar legalmente regularizado e seu condutor habilitado para conduzir de acordo com as normas do Código de Trânsito Brasileiro - CTB, sem prejuízo no *caput* desta.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** No caso de o Acidente do Trabalho ocasionar a morte do empregado, a indenização prevista no parágrafo primeiro será paga aos beneficiários legais do empregado falecido.

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

**CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA – DA COMUNICAÇÃO DO ACIDENTE DE TRABALHO** – A CAGEPA remeterá ao SINDIÁGUA - PB a Comunicação de Acidente de Trabalho – CAT – no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas após o acidente, quando ocorrido em João Pessoa ou em Campina Grande, e no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, quando ocorrido em suas demais localidades, observados os prazos de contagem previstos em Lei.

**CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA – DO REAPROVEITAMENTO POR ACIDENTE DE TRABALHO E DOENÇAS PROFISSIONAIS** – Aos empregados que sofreram redução da capacidade laborativa por Acidente de Trabalho ou Doença Profissional, acompanhados pelo Sistema Previdenciário, a CAGEPA assegurará o reaproveitamento nos seus quadros, observando os cargos da faixa salarial a qual o empregado está enquadrado, levando em consideração as condições físicas e de saúde do mesmo, certificado pela Previdência Social e/ou Junta Médica da CAGEPA.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA – DO REAPROVEITAMENTO DO EMPREGADO PARA EXERCER ATRIBUIÇÕES DE OUTROS CARGOS DA MESMA FAIXA SALARIAL** – A CAGEPA poderá reaproveitar o empregado, avaliando a necessidade da empresa, sem prejuízo para nenhuma das partes, observando os cargos da mesma faixa salarial a qual o empregado esteja enquadrado, bem como as devidas comprovações exigidas pelo cargo; quando da descontinuidade do cargo, devido à modernização, automação dos serviços prestados, entre outros.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Será constituída uma comissão, com empregados da empresa e representantes do Sindicato, desde que sejam empregados da CAGEPA, para implementar o *caput* da Cláusula.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA – DA ALIMENTAÇÃO AOS PLANTONISTAS** – A CAGEPA se compromete a fornecer refeições aos seus empregados da área de manutenção, quando no efetivo exercício de plantões fora da jornada normal de trabalho.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA – DO VALE-TRANSPORTE** – A CAGEPA fornecerá “vale-transporte”, de acordo com a lei 7.418/85, a todos os seus empregados que o solicitarem, nas cidades onde exista transporte público regular.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA - DO AUXÍLIO TRANSPORTE** – A CAGEPA concederá aos empregados, mediante requerimento, que desenvolvam atividades na área de Operação, ocupantes dos cargos de Agente Operacional e Operador, que trabalhem em turno de revezamento, que recebam até 3 pisos da tabela salarial da CAGEPA (nível A da faixa salarial FS1, do PCS) e aos empregados que desenvolvam atividades na área de Manutenção, ocupantes do cargo de Agente de Manutenção, que recebam até 3 pisos da tabela salarial da CAGEPA (nível A da faixa salarial FS1, do

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

PCS). O benefício será concedido aos empregados (as) nas cidades onde não exista o sistema de transporte público regular.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os empregados ocupantes de outros cargos que estejam exercendo as atividades supracitadas também farão jus.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O referido benefício será concedido no âmbito do município de sua lotação constante no Contrato de Trabalho e de acordo com as Instruções Normativas da CAGEPA em vigor.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** o referido benefício será apurado utilizando-se a distância existente entre a Agência Local/Sede da Gerência Regional e o local onde o empregado exerce sua atividade, obedecendo a Instrução Normativa específica, salvo os casos de transferência por interesse da CAGEPA.

**PARÁGRAFO QUARTO:** Os empregados ocupantes dos cargos supracitados no *caput* e Parágrafo Primeiro desta Cláusula que recebam acima de 3 (três) pisos da tabela salarial da CAGEPA (nível A da faixa salarial FS1, do PCS) farão jus ao referido benefício, mediante requerimento, na forma da lei 7.418/85.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA – DA JORNADA DE 40 HORAS –** A CAGEPA assegurará o expediente de 08 (oito) horas diárias com intervalo, totalizando uma carga horária de 40 (quarenta) horas semanal aos seus empregados, conforme Contrato de Trabalho.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA – DA JORNADA DE 36 HORAS –** A CAGEPA manterá o expediente de 6 horas contínuas, totalizando uma carga horária de 36 (trinta e seis) horas semanais para os empregados (as) no efetivo exercício do cargo de Atendente Comercial, Digitador e Telefonista que estiverem no exercício das atividades inerentes a estes cargos.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CAGEPA assegura aos empregados ocupantes do cargo de Assistente Social a carga horária definida pela Lei 12.317/2010.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – DA JORNADA DE TRABALHO DE TURNO DE REVEZAMENTO**

A CAGEPA, tendo em vista a natureza e peculiaridades dos serviços prestados na área de operação dos sistemas de abastecimento de água e tratamento de esgotos, adotará nas unidades operacionais, jornada de trabalho especial em turnos ininterruptos sob as seguintes escalas, com 1 (uma) hora de intervalo para repouso/alimentação a cada 11h trabalhadas:

**1. Quando com 4 (quatro) operadores:**

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

- a) **24 x 72** (24 horas de trabalho por 72 horas de folga);
- b) **12 x 24 com 12x48 dentro da mesma escala alternada** (12 horas de trabalho por 24 horas de folga e 12 horas de trabalho por 48 horas de folga)

**2. Quando com 5 (cinco) operadores:**

- a) **12x48** (12 horas trabalhadas por 48 horas de repouso)

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** As escalas definidas no *caput* serão ajustadas entre os empregados envolvidos e a chefia da unidade operacional. Não havendo consenso, a escala será determinada pela chefia da Unidade.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CAGEPA pagará ao empregado, como noturna, a hora que laborar no horário que ultrapasse o período referente ao adicional noturno, nos termos do Art. 73, §1º da CLT.

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** A CAGEPA indenizará a intrajornada noturna e diurna;

**JUSTIFICATIVA**

A justificativa das alterações propostas, se dá por diversos motivos: se atendo a proposta da escala 24 x 72 (24 horas de trabalho por 72 horas de folga), implantada durante a pandemia na grande João Pessoa e Campina Grande, a pedido desta entidade, foi um sucesso, pois além de reduzir o tempo de exposição do empregado (a) ao risco da COVID-19, ainda indeterminado a erradicação do vírus, essa escala, também reduz o número de empregados doentes por doenças do trabalho relacionadas a operação, caindo consideravelmente a apresentação de atestados médicos, o tempo de exposição a risco de acidentes durante o deslocamento ao trabalho, reduziu o número de trocas de plantão, proporciona o bem estar, mais vida social e satisfação dos empregados (as) envolvidos, além do mais, é bom financeiramente para empresa, porque reduz em 50% as despesas com transporte, além disso, não precisa contratar mais empregados e não aumenta a quantidades de horas extras.

A escala 12 horas de trabalho por 24 horas de folga e 12 horas de trabalho por 48 horas de folga (dentro da mesma escala) também se justifica por ser mais uma

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

alternativa com 4 operadores e, porque, caso não seja aceita o modelo de escala 24 x 72, essa forma de escala é a que mais se aproxima dos benefícios da mesma.

A extensão do pagamento da intrajornada diurna se justifica pelo grande número de passivo trabalhista.

Pelos motivos apresentados, pedimos a diretoria da empresa que apreciasse com o máximo apreço e consideração a esses empregados (as).

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DAS HORAS EXTRAORDINÁRIAS** – A CAGEPA pagará o valor da hora extraordinária de trabalho de seus empregados, prestadas por motivo de força maior ou necessidade de serviço, realizadas nos dias de semana, domingos e feriados, nos percentuais definidos pela legislação específica sobre o valor da hora normal de trabalho, ou seja, indenizadas com o percentual de 50% (cinquenta por cento) as horas extras prestadas em dias normais e no percentual de 100% (cem por cento) as horas extras prestadas em feriados nacionais, estaduais e municipais.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CAGEPA poderá instituir um Banco de Horas com a finalidade de registrar para posterior compensação em até 1 (um) ano, as horas trabalhadas que excedam o limite das 2 (duas) horas diárias, permitidas por lei, discutindo o regramento com o Sindicato.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA OITAVA – DA TROCA DE TURNO DE ESCALA DE REVEZAMENTO** – O empregado terá direito a troca de turno em escala de revezamento quando demonstrar necessidade de ordem superior, com a concordância do seu chefe imediato. Exceto quando o turno a ser assumido em decorrência da troca for o imediatamente posterior ao turno trabalhado. Faz-se necessário o preenchimento de formulário próprio, com antecedência de 24 horas, que deverá ser autorizado pela chefia imediata.

**CLÁUSULA TRIGÉSIMA NONA – DO HORÁRIO ESPECIAL PARA ESTUDANTES** – A CAGEPA concederá, mediante compensação de horário, até o limite de 2 (duas) horas diárias, a liberação do empregado estudante de níveis médio, técnico/profissionalizante e superior, para que o mesmo possa frequentar o seu curso, sem prejuízo para a sua conclusão.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** Também terão direito ao benefício citado no *caput* desta Cláusula os estudantes que cursarem no período noturno em cidades diferentes da que são lotados, mediante compensação.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA – DA DISPONIBILIDADE DOS ELEITOS PARA CARGO DE REPRESENTAÇÃO SINDICAL** – Fica assegurada a liberação dos

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

empregados, em número máximo de 9 (nove), dentre os eleitos para cargos da Diretoria Executiva, Diretorias Regionais e Delegados de Base, por solicitação do Sindicato SINDIÁGUA - PB para o exercício das atividades sindicais, sem prejuízo de suas remunerações, direitos e vantagens, podendo serem substituídos em qualquer época, de acordo com os interesses daquela entidade sindical.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA PRIMEIRA – DA ESTABILIDADE DOS DELEGADOS SINDICAIS** – Fica assegurado aos Delegados Sindicais eleitos, na exata proporção de 01 (um) para cada 25 (vinte e cinco) empregados trabalhando em água e esgotos no âmbito do Estado da Paraíba, consoante o Estatuto do Sindicato SINDIÁGUA - PB, a estabilidade reconhecida aos mesmos durante a vigência deste Acordo Coletivo de Trabalho.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** Os Delegados Sindicais eleitos representarão cidades ou locais de trabalho com contingente de 25 (vinte e cinco) ou mais empregados.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** A CAGEPA somente poderá transferir o Delegado Sindical para locais de trabalho dentro da base para a qual foi eleito;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O Sindicato deverá informar à CAGEPA os nomes dos Delegados Sindicais abrangidos pelo *caput*, até 72 (setenta e duas) horas após a eleição dos mesmos;

**PARÁGRAFO QUARTO:** Nos casos de substituição dos atuais Delegados Sindicais, por qualquer motivo, os novos gozarão da garantia estabelecida no *caput* dessa Cláusula.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEGUNDA – DA ESTABILIDADE DOS DIRIGENTES SINDICAIS** - A CAGEPA assegurará a estabilidade dos Diretores Sindicais, eleitos pelos empregados para representar a si e ao Sindicato;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** A CAGEPA não poderá transferir o Dirigente Sindical da base onde foi eleito, nos termos do art. 543, § 3º da CLT;

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Sindicato deverá informar à CAGEPA os nomes dos Dirigentes Sindicais eleitos no *caput* dessa Cláusula, até 72 (setenta e duas) horas após a eleição dos mesmos;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** Nos casos de substituição dos atuais Dirigentes, por qualquer motivo, os novos gozarão da garantia estabelecida no *caput* dessa Cláusula.

**CLAUSULA QUADRAGÉSIMA TERCEIRA – REUNIÕES E EVENTOS SINDICAIS** – A CAGEPA liberará os Diretores e Delegados Sindicais que não estejam à disposição do Sindicato SINDIÁGUA - PB, quando convocados com antecedência mínima de 03 (três)

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

dias, para participarem de congressos, seminários, conferências e reuniões periódicas, salvo convocação EXTRAORDINÁRIA.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUARTA – DAS MENSALIDADES SINDICAIS E AUTORIZAÇÃO PARA DESCONTOS** – A CAGEPA fará o desconto em folha de pagamento em favor do Sindicato, mensalmente denominada de Mensalidade Sindical, conforme Regimento Interno de cada Sindicato, desde que seja autorizada pelo mesmo, na forma do Art. 545 da Consolidação das Leis do Trabalho - CLT.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA QUINTA – DA DESFILIAÇÃO E FILIAÇÃO SINDICAL** – A CAGEPA só formalizará em seus registros a filiação ou desfiliação de qualquer associado, mediante ofício enviado à Gerência de Capital Humano - GECH pelo Sindicato SINDIÁGUA – PB.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SEXTA – DA CONTRIBUIÇÃO NEGOCIAL** – A CAGEPA descontará, em favor do Sindicato SINDIÁGUA - PB, o valor referente à Contribuição Negocial Anual, dos empregados representados pelo Sindicato e que laboram em sua base territorial, no mês subsequente ao da assinatura do Acordo Coletivo de Trabalho, sendo 2% (dois por cento) do salário base referente àquele empregado (a) que seja FILIADO ao Sindicato e 4% (quatro por cento) Salário Base referente àquele empregado (a) NÃO FILIADO ao Sindicato;

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** O referido desconto só será efetuado mediante autorização do empregado formalizada através de Requerimento e entregue ao Sindicato, ficando o próprio Sindicato, responsável por encaminhar à Diretoria Administrativa da CAGEPA.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O repasse pela empresa ao Sindicato será feito até o décimo dia útil do mês subsequente em que ocorra o desconto;

**PARÁGRAFO TERCEIRO:** O valor do percentual a ser descontado é dividido em duas parcelas, corresponderá para os filiados ao Sindicato a 01% (um por cento) do Salário Base de cada empregado (a) no fechamento do ACT e a outra parcela de 01% (um por cento) no mês de setembro de cada ano.

**PARÁGRAFO QUARTO:** O empregado NÃO ASSOCIADO ao Sindicato terá o desconto de 02% (dois por cento) do Salário Base de cada empregado (a) no fechamento do ACT e a outra parcela de 02% (dois por cento) no mês de setembro de cada ano.

**PARÁGRAFO QUINTO:** Em caso de demissão do empregado (a) antes do vencimento as parcelas, deverá a empresa realizar o desconto no ato da homologação.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA SÉTIMA – DA POLÍTICA DE MELHORIA DA QUALIDADE DE VIDA** – A CAGEPA se compromete a promover a extensão do

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

Programa de Valorização da Vida (PVV) e Programa de Atendimento Psicológico (PAP) a todas às Gerências Regionais que apresentarem demanda.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA OITAVA – DO DIREITO DE DEFESA** – A CAGEPA assegurará o direito de defesa e acesso aos documentos envolvidos em Processo Administrativo a todos os empregados denunciados em possíveis irregularidades, na forma do inciso LV do art.5º da Constituição Federal, sob pena de nulidade qualquer penalidade aplicada.

**PARÁGRAFO PRIMEIRO:** CAGEPA, quando requerida, permitirá que o Sindicato tenha acesso ao inteiro teor do referido processo, após sua conclusão, desde que devidamente autorizado pelo empregado.

**PARÁGRAFO SEGUNDO:** O Sindicato continuará assistindo aos empregados nas demandas administrativas e judiciais.

**CLÁUSULA QUADRAGÉSIMA NONA – DA HOMOLOGAÇÃO RESCISÓRIA** – O Sindicato continuará assistindo aos empregados na homologação das rescisões trabalhistas, se comprometendo a comparecer na data e local agendado pela CAGEPA para o cumprimento desta. Contudo, se não o fizer, a homologação será concluída, conforme Lei 13.467/2017.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CAGEPA fará os agendamentos para a Sede Administrativa e as Gerências Regionais da Borborema, Brejo, Espinharas, Rio do Peixe e Alto Piranhas.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA – DESLIGAMENTO DE PESSOAL** – Fica assegurado a cada empregado (a) da CAGEPA o direito a responder a Processo Administrativo Individual, devidamente fundamentado.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** CAGEPA, quando requerida, permitirá que o Sindicato tenha acesso ao inteiro teor do referido processo, após sua conclusão, desde que devidamente autorizado pelo empregado.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA – DA PREVIDÊNCIA PRIVADA** - A CAGEPA e os Sindicatos, em conjunto, se comprometem a buscar e disponibilizar no prazo de 180 dias, estudos de viabilidade de um Plano de Previdência Privada para possível adesão de seus empregados.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** A CAGEPA constituirá Comissão Paritária com os Sindicatos, no prazo de 90 dias após assinatura do ACT, e esta Comissão terá mais 90 dias para apresentação de um estudo de viabilidade de Plano de Previdência Privada.



**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA SEGUNDA – DA ULTRAATIVIDADE** – A CAGEPA manterá as cláusulas do Acordo Coletivo de Trabalho vigente até a assinatura do novo Acordo Coletivo de Trabalho.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA TERCEIRA – DISPENSAS IMOTIVADAS INDIVIDUAIS, PLÚRIMAS OU COLETIVAS** – A CAGEPA não fará demissões imotivadas, plúrimas ou coletivas.

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUARTA - DA RESCISÃO SEM JUSTA CAUSA** - No caso de despedida sem justa causa, de empregado com idade igual ou superior a 75 (setenta e cinco) anos, a CAGEPA pagará ao (à) empregado (a) desligado todas as verbas rescisórias, além do valor equivalente à multa fundiária de 40%, calculada sobre o Valor Base para Fins Rescisórios, informado no Extrato Analítico de Conta do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço – FGTS - do empregado (a).

**PARÁGRAFO ÚNICO:** No caso dos empregados com idade inferior a 75 (setenta e cinco) anos, aposentados ou não, que tenham o contrato rescindido pela CAGEPA, a pedido, ficam assegurados os mesmos direitos previstos no Caput desta cláusula.

**JUSTIFICATIVA**

A justificativa para implantação dessa proposta de cláusula, se dá, primeiramente, porque os PDVs (Plano de Demissão Voluntária) apresentados ao longo do tempo, não obtiveram êxito, não foram atrativos e, por causa disso, não houve a adesão esperada, uma vez que, seria uma porta aberta aos empregados (as) sempre que acharem necessário a sua saída da empresa.

Pelos motivos apresentados, pedimos a diretoria da empresa que apreciasse com o máximo apreço e consideração a esses empregados (as).

**CLÁUSULA QUINQUAGÉSIMA QUINTA – DA VIGÊNCIA** – O presente ACORDO COLETIVO DE TRABALHO (ACT) vigorará entre **1º de maio 2020 até 30 de abril de 2022**, garantindo todas as vantagens e direitos previstos nas Cláusulas acima citadas, exceto em suas cláusulas econômicas, que serão discutidas e pactuadas na data base da categoria em 2021.

**PARÁGRAFO ÚNICO:** E, estando justas e acordadas as partes, assinam o presente instrumento em 04 (quatro) vias de igual teor e forma.

À vitória, sempre!

Uni-vos companheiros e companheiras!

**PROPOSTA DE PAUTA AO  
ACORDO COLETIVO DE TRABALHO 2020 – 2022  
SINDIÁGUA-PB**

SINDIÁGUA-PB/SINTERÁGUA-PB